



Instituto de Planejamento Econômico e Social

**INPES**

Instituto de Pesquisas

TEXTOS PARA DISCUSSÃO INTERNA

Nº 173

"SEGMENTAÇÃO E MOBILIDADE NO  
MERCADO DE TRABALHO BRASILEI  
RO: UMA ANÁLISE DA ÁREA ME  
TROPOLITANA DE SÃO PAULO"

Guilherme Luis Sedlacek  
Ricardo Paes de Barros  
Simone Varandas

Agosto de 1989



TEXTOS PARA DISCUSSÃO INTERNA

Nº 173

"SEGMENTAÇÃO E MOBILIDADE NO  
MERCADO DE TRABALHO BRASILEI  
RO: UMA ANÁLISE DA ÁREA ME  
TROPOLITANA DE SÃO PAULO"

Guilherme Luis Sedlacek  
Ricardo Paes de Barros  
Simone Varandas

Agosto de 1989

Tiragem: 100 exemplares

Trabalho concluído em: Maio de 1989

Instituto de Pesquisas do IPEA  
Instituto de Planejamento Econômico e Social  
Avenida Presidente Antonio Carlos, 51 - 13º/17º andares  
Rio de Janeiro/RJ  
20020

Este trabalho é de inteira e exclusiva responsabilidade de seus autores. As opiniões nele emitidas não exprimem, necessariamente, o ponto de vista da Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência da República.

SEGMENTAÇÃO E MOBILIDADE NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO:  
UMA ANÁLISE DA ÁREA METROPOLITANA DE SÃO PAULO

Guilherme Luis Sedlacek  
Ricardo Paes de Barros  
Simone Varandas

1. INTRODUÇÃO
2. SEGMENTAÇÃO
3. A PESQUISA MENSAL DE EMPREGO
4. MOBILIDADE
5. CONCLUSÕES
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

RELAÇÃO DE TABELAS:

- Tabela 1 - Plano de Rotação da Amostra Pesquisa Mensal de Emprego - PME - 1984/87
- Tabela 2 - Matriz de Transição entre Empregados e outras Categorias na Região Metropolitana de São Paulo
- Tabela 3 - Matriz de Transição entre Empregados com Carteira e Empregados sem Carteira
- Tabela 4 - Índices de Mobilidade entre Empregados versus outras Categorias e Empregados com Carteira versus Empregados sem Carteira

## SINOPSE

A concentração na distribuição de renda é uma das características mais perversas da economia brasileira. Dentre os fatores responsáveis destacam-se os diferenciais existentes na estrutura de salários da economia, sendo que as implicações destes diferenciais no longo prazo dependem crucialmente do nível de mobilidade entre os diversos segmentos do mercado de trabalho. Este estudo, mensurando o nível de mobilidade entre os empregados e as demais categorias, bem como, dentre os empregados, a mobilidade entre os com e os sem carteira, encontra poucas evidências de fortes barreiras à mobilidade, como também alguma evidência de que a permanência de trabalhadores na condição de empregado sem carteira é de curta duração. Isto é consistente com a interpretação segundo a qual, no longo prazo, os diferenciais de salário entre empregados com e sem carteira têm consequências desprezíveis sobre a distribuição de bem-estar.

## 1. INTRODUÇÃO

A concentração na distribuição da renda é uma das características mais perversas da economia brasileira, e, dentre os fatores responsáveis, destacam-se os diferenciais existentes na estrutura de salários da economia. De fato, a existência e persistência de diferenciais de salários bem mais elevados do que aqueles observados em economias em estágio de desenvolvimento similar é uma das características marcantes do mercado de trabalho brasileiro. Mesmo quando controlamos com base nas diferenças em atributos produtivos dos trabalhadores (por exemplo, número de anos de estudo, idade, etc), grande parte desses diferenciais de salários permanece inexplicado. Esta evidência pode ser interpretada como estando a caracterizar a existência de segmentação no mercado de trabalho, já que indivíduos com o mesmo potencial produtivo recebem salários significativamente diferentes.

As implicações destes diferenciais de salário ao longo prazo dependem crucialmente do nível de mobilidade entre os diversos segmentos do mercado de trabalho. Infelizmente, quase não existem trabalhos empíricos analisando a mobilidade no mercado de trabalho brasileiro, com exceção para o de Tolosa (1975). Este estudo visa começar a organizar as evidências empíricas neste tópico. Para tanto, analisa empiricamente a atividade dos trabalhadores efetivamente ocupados entre 1984 e 1987 na Região Metropolitana de São Paulo, buscando mensurar o nível de mobilidade entre os empregados e as demais categorias bem como, dentre os empregados, a mobilidade entre os com e os sem carteira.

Este tipo de análise é extremamente importante, pois nos permite melhor avaliar a importância dos diferenciais de salários observados — como os resultados obtidos por Barros e Varrandas (1987 e 1988) —, bem como interpretar mais corretamente as evidências de tamanho relativo e crescimento ao longo do tempo do mercado informal na economia brasileira — como analisado por Sedlacek (1988) e Jatobá (1988) — dentro de um contexto mais amplo em que se analisa a estabilidade destas evidências ao longo do ciclo de vida dos trabalhadores.

Além da avaliação dos impactos da segmentação no longo prazo, o estudo da mobilidade se presta à identificação dos mecanismos que dão origem à segmentação e garantem sua persistência. A literatura sobre segmentação oferece enfoques alternativos que diferem com respeito à forma como explicam suas origens e a incapacidade das forças de mercado de eliminar os diferenciais de salário entre empregados igualmente produtivos. Portanto, um outro objetivo deste trabalho é organizar as evidências sobre mobilidade com o intuito de discernir entre teorias alternativas de segmentação.

Este trabalho se encontra organizado da seguinte forma: a primeira seção discute o conceito de segmentação e a importância de se estudar a mobilidade, discussão esta conduzida no contexto particular da segmentação entre empregos com e sem carteira de trabalho assinada. A segunda seção descreve as informações longitudinais utilizadas que foram construídas a partir da Pesquisa Mensal de Emprego (PME). A terceira seção apresenta estimativas para as matrizes de transição e os índices de mobilidade; finalmente, a última seção sintetiza as principais conclusões do trabalho.

## 2. SEGMENTAÇÃO

Um dos grandes desafios da literatura empírica sobre mercado de trabalho tem sido testar a hipótese da segmentação e avaliar suas conseqüências. Neste trabalho, como na literatura recente [Bulow e Summers (1986)], define-se segmentação no mercado de trabalho como sendo o conjunto de todas as situações em que existam trabalhadores, em princípio igualmente produtivos, recebendo sistematicamente salários distintos, independentemente da origem e das causas de persistência destes diferenciais de salário ao longo do tempo.

Com respeito às origens e à persistência, duas são as razões mais comumente alegadas para a segmentação no mercado de trabalho: a heterogeneidade das firmas e os aspectos institucionais. O primeiro caso pode se manifestar com respeito à tecnologia, tamanho, proporção do capital privatizado, grau de imper

INPES, 173/89

feição no mercado do produto final, etc. Entre os aspectos institucionais mais importantes podemos citar os sindicatos e a legislação trabalhista. Em geral estes fatores encontram-se altamente correlacionados. Por exemplo, são as firmas maiores as que respeitam a legislação trabalhista e utilizam tecnologia moderna. Em casos como este, é extremamente difícil identificar os reais determinantes do processo de segmentação.

Neste trabalho nos propomos a analisar empiricamente uma forma específica de segmentação institucional: a possibilidade de o trabalhador estar associado ou não a um posto de trabalho no qual sua carteira é assinada. O uso da carteira assinada como identificador empírico da segmentação não implica que acreditemos que ela seja um determinante real da segmentação, ou que o mercado de trabalho seja formado por apenas dois segmentos. Na verdade acreditamos que existem múltiplas segmentações sem necessariamente uma hierarquização única entre os postos de trabalho.

A motivação para o uso da carteira de trabalho assinada como indicador de segmentação está associada à percepção generalizada que este é um indicador adequado para a distinção entre os "bons" e "maus" postos de trabalho. A hipótese é que o trabalhador, ao obter um emprego com carteira assinada, tem acesso a uma série de vantagens pecuniárias e não pecuniárias em relação ao emprego que obteria sem este vínculo empregatício legal. Na seção seguinte, apresentamos algumas evidências empíricas que dão suporte a esta hipótese e, portanto, motivam a presente escolha da carteira de trabalho assinada como indicador de segmentação.

## 2.1 - Evidência Empírica

Barros e Varandas (1987) verificaram empiricamente que o grupo de trabalhadores com carteira assinada recebe salários em média bem mais elevados do que aqueles sem carteira.<sup>1</sup> Estes diferenciais não são necessariamente uma evidência de segmenta

---

<sup>1</sup>Estes resultados são confirmados utilizando-se a amostra utilizada nesta pesquisa.



ção, pois os trabalhadores com carteira são os que possuem, em média, maior nível educacional e experiência no mercado de trabalho, o que supostamente os tornariam mais produtivos e explicaria, pelo menos em parte, os diferenciais de salário observados. Contudo, Barros e Varandas (1988) demonstraram que parte destes diferenciais de salário persistem mesmo quando diversos atributos observáveis são controlados. Embora possamos explicar esta evidência como decorrente de diferenças em dotações de atributos não observáveis, a sua persistência em todos os trabalhos empíricos realizados tende a corroborar a hipótese de uma segmentação associada com a carteira de trabalho.

Admitindo-se que o mercado de trabalho se encontra segmentado entre empregos com carteira e empregos sem carteira, o passo seguinte será analisar a importância desta forma de segmentação no longo prazo. Deve-se verificar, primeiro, se no agregado os empregos sem carteira formam uma categoria marginal que o próprio processo de desenvolvimento levará à extinção. Segundo, deve-se investigar quão duradouro é o vínculo entre trabalhadores e postos de trabalho sem carteira, posto que, se estes vínculos forem, em média, de curta duração, então os efeitos da segmentação no longo prazo deverão ser insignificantes.

Com relação ao primeiro ponto diversos autores, entre eles Jatobá (1988) e Sedlacek (1988), mostram que os postos de trabalho sem carteira são uma importante fonte de absorção de mão-de-obra que além de vir crescendo historicamente em termos absolutos, tem apresentado, na última década, crescimento também em termos relativos. Parece indubitável a relevância, no passado recente, dos postos de trabalho sem carteira, e a evidência disponível não indica uma reversão deste quadro no futuro próximo. Resta analisar o grau de durabilidade do vínculo entre trabalhadores e postos de trabalho com e sem carteira.

## 2.2 - Mobilidade entre Postos com e sem Carteira

Num contexto dinâmico, é fundamental que se conheçam as probabilidades de transição entre os diferentes segmentos, pois só assim seremos capazes de avaliar os reais impactos de longo prazo da segmentação. Por exemplo, Sedlacek (1988) mostra que

INPES, 173/89

quando comparamos as PNADs referentes a 1983 e a 1985, a parcela dos empregados homens chefes de família que não possuíam carteira de trabalho assinada permaneceu em torno de 20%. Para interpretar estas informações do ponto de vista da distribuição de bem-estar da sociedade é fundamental saber que fração dos empregados sem carteira em 1983 permaneciam nessa situação também em 1985.

Em outras palavras, precisamos distinguir entre duas situações distintas, ambas compatíveis com uma parcela fixa da população ocupando postos de trabalho sem carteira. Na primeira, os postos de trabalho sem carteira são alocados a 20% de cada corte de entrantes no mercado de trabalho, permanecendo esta alocação fixa ao longo do ciclo de vida destes trabalhadores. Na segunda situação, de natureza diametralmente oposta, os trabalhadores são alocados dinamicamente aos postos de trabalho sem carteira, de tal forma que cada um ocupe postos de trabalho sem carteira durante 20% do seu ciclo de vida produtiva. Neste segundo caso, a existência de diferenciais de salário entre postos de trabalho com e sem carteira não tem nenhum impacto sobre a distribuição de bem-estar da sociedade, com exceção de variações transitórias de salário ao longo do ciclo de vida. Por outro lado, quando a alocação é permanente, como na primeira situação, a existência de diferenciais de salários entre postos com e sem carteira terá impactos potencialmente importantes sobre a distribuição de bem-estar entre trabalhadores.

A fim de avaliar a relevância relativa destas duas hipóteses, é necessário quantificar a intensidade da mobilidade entre postos de trabalho com e sem carteira. Para tanto, é preciso obter informações sobre o mesmo trabalhador em diferentes postos do seu ciclo de vida. Estas informações podem ser obtidas a partir de: i) inquéritos com quesitos retrospectivos, ou ii) pesquisas onde sejam realizadas seqüências longitudinais de entrevistas, ou seja, onde o mesmo grupo de trabalhadores é entrevistado em períodos consecutivos.

A escassez de informações longitudinais e retrospectivas tem limitado sobremaneira os estudos no Brasil sobre mobilidade no mercado de trabalho. Entre os poucos estudos realizados des

taca-se o de Tolosa (1975) que enfoca a mobilidade entre os setores formal e informal na Região Metropolitana de Belo Horizonte, utilizando-se de uma pesquisa domiciliar com quesitos retrospectivos realizada em 1972.

Neste trabalho investigamos a mobilidade entre postos de trabalho com e sem carteira utilizando informações longitudinais construídas a partir da Pesquisa Mensal de Emprego (PME). Estas informações nos permitem analisar a natureza dos postos de trabalho de cada trabalhador em dois pontos no tempo, separados por um ano. Neste contexto, o presente trabalho é pioneiro já que pela primeira vez no Brasil a mobilidade entre postos com e sem carteira é analisada.

### 2.3 - Implicações Teóricas

Além de sua importância na avaliação dos impactos de longo prazo da segmentação sobre a distribuição de bem-estar entre trabalhadores, o estudo da mobilidade entre postos de trabalho é também essencial à identificação dos mecanismos que dão origem à segmentação e geram sua persistência ao longo do tempo.

Como observado por Taubman e Watcher (1986), a literatura sobre segmentação é extremamente rica em enfoques alternativos. Estas alternativas diferem quanto às causas alegadas para a origem da segmentação e quanto aos motivos que levam a que as forças de mercado sejam sistematicamente incapazes de eliminar diferenciais de salário eventualmente existentes entre trabalhadores igualmente produtivos. Neste contexto, um dos objetivos principais deste trabalho é organizar a evidência sobre mobilidade de forma a contribuir para a busca de um paradigma único para as teorias sobre segmentação. Especificamente, procuraremos avaliar em que medida as evidências encontradas permitem discernir entre teorias alternativas para a segmentação do mercado de trabalho.

A análise da mobilidade é particularmente útil para discernir entre teorias alternativas de segmentação na medida em que estas teorias explicitem os mecanismos responsáveis pela persistência da segmentação. A este respeito, uma característi

ca comum a grande parte dos modelos de segmentação é a idéia de que a durabilidade do vínculo de certos grupos de trabalhadores a certos segmentos do mercado de trabalho se auto-regenera. São as hipóteses do positive feedback e scarring como elementos fundamentais na organização do mercado de trabalho. A idéia é que a permanência de um trabalhador em um dado segmento conduz ao desenvolvimento de certas vantagens comparativas — como por exemplo o acúmulo de capital humano específico —, ou propicia que ele desenvolva hábitos que dificultem sua mobilidade a outros segmentos do mercado. Um exemplo deste segundo caso seriam os efeitos negativos que postos de trabalho de baixa qualidade podem ter sobre a pontualidade, a motivação, a criatividade, ou a iniciativa dos trabalhadores alocados a estes postos. Conseqüentemente, a racionalidade destes modelos para a persistência da segmentação é extremamente dependente da durabilidade do vínculo entre trabalhadores e segmentos do mercado de trabalho. Estes modelos são, portanto, incompatíveis com a evidência de elevados níveis de mobilidade entre os diversos segmentos do mercado de trabalho. Em particular, na medida em que modelos de segmentação se fundamentam na premissa de que existe uma grande parcela da mão-de-obra permanente aprisionada a empregos sem carteira. A evidência de níveis substanciais de mobilidade entre empregos com e sem carteira nos ajudará a evidenciar os horizontes bastante restritos destas teorias e, conseqüentemente, nos guiará no futuro desenvolvimento de novas hipóteses sobre a natureza da segmentação do mercado de trabalho brasileiro.

### 3. A PESQUISA MENSAL DE EMPREGO

O presente trabalho estuda a mobilidade no mercado de trabalho brasileiro utilizando informações construídas a partir da Pesquisa Mensal de Emprego (PME). Embora a geração de informações longitudinais não constitua uma das prioridades da PME, o plano de rotação da amostra utilizado permite acompanhar intermitentemente a história dos domicílios entrevistados por um período de até 16 meses.

"Este sistema, além de evitar o cansaço dos informantes, permite que sejam feitas comparações longitudinais, uma vez que sempre há uma coincidência substancial de unidades domiciliares investigadas mês a mês ou ano a ano" (IBGE, 1983, p. 24).

#### 3.1 - O Plano de Rotação da Amostra

A amostra mensal da PME é composta de quatro subamostras com datas de referência em cada uma das quatro semanas do mês. Mensalmente, uma das quatro subamostras é substituída. O processo de substituição é seqüencial, iniciando-se pela subamostra referente à quarta semana e finalizando com a remoção da subamostra referente à primeira semana. A Tabela 1 mostra o esquema de rotação de fevereiro de 1984 a dezembro de 1987, que é o período de enfoque desta pesquisa. "Em consequência desta rotação, 75% das unidades domiciliares pesquisadas no mês manter-se-ão no levantamento no mês seguinte" [IBGE (1983, p.24)]. Este esquema implica que cada unidade domiciliar é entrevistada durante quatro meses consecutivos e então substituída na amostra.

Do ponto de vista deste trabalho, a grande utilidade longitudinal da PME reside em uma segunda propriedade do sistema de rotação utilizado: decorridos oito meses da quarta entrevista os domicílios voltam à amostra para serem novamente entrevistados. Nesta segunda série eles são entrevistados também por quatro vezes. Isto significa que um domicílio volta a participar da amostra, sendo entrevistado pela quinta vez, um ano após sua primeira entrevista. Após a realização deste segundo grupo de entrevistas, os domicílios são removidos definitivamente da amostra. Logo, cada domicílio amostrado é entrevistado oito vezes ao longo de um período de 16 meses.

### 3.2 - A Amostra Utilizada

Embora o esquema amostral da PME permita a análise de até oito entrevistas por domicílio, este trabalho restringiu-se à análise de apenas duas destas entrevistas. Foram selecionadas a primeira e a quinta entrevista de cada domicílio que entrou na amostra de fevereiro de 1984 a dezembro de 1986.<sup>2</sup> Como a quinta entrevista é a primeira do segundo grupo de quatro entrevistas, existe um intervalo de um ano entre as entrevistas escolhidas.

Conforme citado anteriormente, o esquema de rotação da a

<sup>2</sup>Isto corresponde, na Tabela 1, aos grupos G, H, I, J, K e L, com exceção do grupo LI.

TABELA 1

PLANO DE ROTAÇÃO DA AMOSTRA  
 PESQUISA MENSAL DE EMPREGO (PME)  
 1984/87

Ano	Mês	Semana 1	Semana 2	Semana 3	Semana 4
1984	Fev.	F1	F2	F3	G4
	Mar.	F1	F2	G3	G4
	Abr.	F1	G2	G3	G4
	Mai.	G1	G2	G3	G4
	Jun.	G1	G2	G3	H4
	Jul.	G1	G2	H3	H4
	Ago.	G1	H2	H3	H4
	Set.	H1	H2	H3	H4
	Out.	H1	H2	H3	I4
	Nov.	H1	H2	I3	I4
	Dez.	H1	I2	I3	I4
	1985	Jan.	I1	I2	I3
Fev.		I1	I2	I3	G4
Mar.		I1	I2	G3	G4
Abr.		I1	G2	G3	G4
Mai.		G1	G2	G3	G4
Jun.		G1	G2	G3	H4
Jul.		G1	G2	H3	H4
Ago.		G1	H2	H3	H4
Set.		H1	H2	H3	H4
Out.		H1	H2	H3	I4
Nov.		H1	H2	I3	I4
Dez.		H1	I2	I3	I4
1986	Jan.	I1	I2	I3	I4
	Fev.	I1	I2	I3	J4
	Mar.	I1	I2	J3	J4
	Abr.	I1	J2	J3	J4
	Mai.	J1	J2	J3	J4
	Jun.	J1	J2	J3	K4
	Jul.	J1	J2	K3	K4
	Ago.	J1	K2	K3	K4
	Set.	K1	K2	K3	K4
	Out.	K1	K2	K3	L4
	Nov.	K1	K2	L3	L4
	Dez.	K1	L2	L3	L4
1987	Jan.	L1	L2	L3	L4
	Fev.	L1	L2	L3	J4
	Mar.	L1	L2	J3	J4
	Abr.	L1	J2	J3	J4
	Mai.	J1	J2	J3	J4
	Jun.	J1	J2	J3	K4
	Jul.	J1	J2	K3	K4
	Ago.	J1	K2	K3	K4
	Set.	K1	K2	K3	K4
	Out.	K1	K2	K3	L4
	Nov.	K1	K2	L3	L4
	Dez.	K1	L2	L3	L4

mostra é tal que, a cada mês, 1/4 dos domicílios são substituídos. Portanto, a cada mês exatamente 1/4 dos domicílios encontra-se na primeira ou na quinta entrevista (ver a Tabela 1). O período da primeira entrevista para a primeira metade da amostra (grupos G, H e I na Tabela 1) corresponde a fevereiro de 1984 a janeiro de 1985. De fevereiro de 1985 a janeiro de 1986 estes domicílios são reentrevistados, correspondendo ao período da quinta entrevista para este grupo. O período de fevereiro de 1986 a dezembro de 1986 corresponde ao da primeira entrevista para a segunda parte da amostra estudada. Estes domicílios são reentrevistados de fevereiro de 1987 a dezembro de 1987. É importante enfatizar esta divisão da amostra: uma parte foi entrevistada em 1984 e reentrevistada em 1985, enquanto a segunda parte foi inicialmente entrevistada em 1986 e revisitada em 1987.

### 3.3 - De Domicílios a Indivíduos

Dado que a PME é uma pesquisa domiciliar, as informações longitudinais construídas com base nesta pesquisa constituem histórias de domicílios e não necessariamente de famílias ou indivíduos. Portanto, a fim de utilizar as informações da PME como longitudinais a nível de indivíduo, é fundamental verificar se um dado indivíduo residia no mesmo domicílio nos dois períodos de entrevista. Neste trabalho nos limitaremos à análise das informações referentes aos chefes de domicílio. Para verificar se os chefes entrevistados nas duas épocas eram os mesmos, testamos se o dia, mês e ano do seu nascimento coincidiam nas duas entrevistas. Passaram neste teste de consistência de 75,8 a 85,9% dos domicílios dependendo da subamostra considerada.

### 3.4 - Universo da Análise

O universo considerado foi limitado aos chefes de domicílio residentes em domicílios particulares na área urbana da Região Metropolitana de São Paulo. Quanto às características pessoais, a amostra restringiu-se a homens com até 60 anos de idade de que não possuíam ensino superior<sup>3</sup> completo ou incompleto e

<sup>3</sup>A exclusão dos chefes com ensino superior foi motivada pela premissa de que este grupo estaria associado a um padrão de mobilidade bastante distinto.

encontravam-se na forma de trabalho em pelo menos uma das duas entrevistas. Do total de entrevistados, 7% foram eliminados por estarem fora da força de trabalho e 13,5% por terem alguma forma de ensino superior. A amostra final é constituída de 23.031 chefes de domicílio, que correspondem a cerca de 40% dos domicílios entrevistados no período pesquisado.

#### 4. MOBILIDADE

Este trabalho procura analisar a mobilidade em dois estágios. No primeiro, estuda a mobilidade entre a condição de empregado e outras categorias. No grupo de empregados incluíram-se tanto aqueles que têm a carteira de trabalho assinada como os que não a têm, excluindo-se, por outro lado, aqueles que ocupam postos de trabalho vinculados à administração pública.<sup>4</sup> O grupo outras categorias compõe-se de empregados na administração pública, trabalhadores por conta própria, empregadores, desempregados e aqueles fora da força de trabalho. No segundo estágio, analisa a mobilidade dentro do grupo dos empregados, investigando a intensidade das transições entre postos de trabalho com e sem carteira de trabalho assinada.

##### 4.1 - As Matrizes de Transição

O instrumento analítico básico em qualquer estudo sobre mobilidade é a matriz de transição  $P = [p_{i|j}]$ , onde  $p_{i|j}$  denota a probabilidade condicionada de que um indivíduo esteja na situação  $j$  na época 2 dado que na época 1 ele estava na situação  $i$ . As matrizes de transição referentes aos dois tipos de mobilidade objeto deste estudo são apresentadas nas Tabelas 2 e 3. Os principais resultados serão discutidos a seguir.

Ambas as tabelas indicam uma associação positiva entre as situações de um dado trabalhador nas duas épocas consideradas. Isto é, os trabalhadores que na época 1 se encontravam na situação  $i$  têm maiores possibilidades de serem novamente encontrados

---

<sup>4</sup>Este grupo foi excluído porque contém um grande número de empregados sem carteira (os estatutários), cujas condições de trabalho e remuneração não parecem ser similares aos demais empregados sem carteira existentes na economia.



nesta mesma situação  $i$  na época 2 do que aqueles que na época 1 se encontravam na situação  $j$ ,  $j \neq i$ . Por exemplo, as informações contidas na Tabela 2 mostram que a probabilidade de um trabalhador se encontrar classificado como empregado na época 2 é maior para aqueles que também tinham sido classificados como empregados na época 1, do que para aqueles que ocupavam outras categorias na época 1.

Este fato demonstra a existência de um certo grau de imobilidade que leva a que os empregados de hoje sejam aqueles com maiores possibilidades de serem os empregados de amanhã.

Certamente o resultado mais importante deste trabalho encontra-se na Tabela 3. Nesta, observa-se que quase 50% dos trabalhadores que não possuíam carteira de trabalho assinada na época 1, e permaneceram na condição de empregados na época 2, conseguem um posto de trabalho com carteira um ano depois. Com base neste resultado, é possível contradizer a pressuposição daqueles que, como Medeiros (1982, p. 34), acreditam que a alocação de trabalhadores a postos com ou sem carteira seja um fenômeno duradouro.

Caso a probabilidade de um trabalhador permanecer na mesma situação dependa da situação atual, mas seja independente de sua história passada, então a permanência média de um trabalhador na situação  $i$  será de  $1/(1-p_{i|i})$  anos. Assim, caso esta hipótese seja válida, as informações da Tabela 2 permitem estimar que um empregado consegue manter a posse da carteira em média 21 anos, ao passo que um empregado permanece sem carteira apenas cerca de dois anos.

Embora possa ser claramente visualizado, com base na Tabela 3, que os vínculos de trabalho com carteira são duradouros enquanto os sem carteira são efêmeros, pelo menos duas questões importantes referentes à mobilidade permanecem sem resposta. Primeiro, nota-se que o número de postos de trabalho com carteira é nove vezes maior do que o daqueles sem carteira. Assim, se uma pequena fração dos empregados com carteira se move para empregos sem carteira, o número de empregos com carteira que passa a estar disponível a empregados sem carteira, como fração

INPES, 173/89

TABELA 2

MATRIZ DE TRANSIÇÃO ENTRE EMPREGADOS E OUTRAS CATEGORIAS NA  
 REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO  
 Chefes de Família com Menos de 60 Anos de Idade  
 na Região Metropolitana de São Paulo  
 de fevereiro de 1984 a dezembro de 1987.<sup>a</sup>

Época 1	Época 2	
	Empregados	Outras Categorias
Empregados <sup>b</sup>	88,3	11,7
Outras Categorias <sup>c</sup>	21,8	78,2
Total	66,6	33,4

FONTE: PME - Tabulações dos autores.

<sup>a</sup>A amostra é constituída de homens com até 60 anos de idade que não possuíam ensino superior completo ou incompleto e encontravam-se na força de trabalho em pelo menos uma das duas entrevistas. Do total dos indivíduos entrevistados, 7% foram eliminados por estarem fora da força de trabalho e 13,5% por terem alguma forma de ensino superior. A amostra final é constituída de 23.031 chefes de domicílio, que correspondem a cerca de 40% dos domicílios entrevistados no período pesquisado.

<sup>b</sup>No grupo de empregados incluem-se tanto aqueles que têm a carteira de trabalho assinada como os que não a têm, e excluem-se aqueles que ocupam postos de trabalho vinculados à administração pública.

<sup>c</sup>O grupo outras categorias compõe-se de empregados na administração pública, trabalhadores por conta própria, empregadores, desempregados e aqueles fora da força de trabalho em apenas um período.

TABELA 3

MATRIZ DE TRANSIÇÃO ENTRE EMPREGADOS COM CARTEIRA E  
 EMPREGADOS SEM CARTEIRA  
 Chefes de Família com Menos de 60 Anos de Idade  
 na Região Metropolitana de São Paulo de  
 fevereiro de 1984 a dezembro de 1987

Época 1	Época 2	
	Empregados Com Carteira	Empregados Sem Carteira
Empregados com Carteira	95,3	4,7
Empregados sem Carteira	45,8	54,2
Total	90,0	10,0

FONTE: PME - Tabulações dos autores.

do total de empregados sem carteira, será também nove vezes maior. Ou seja, para manter o equilíbrio, um fluxo de 5% dos empregados com carteira para postos de trabalho sem carteira requer um fluxo na direção contrária de 45% dos empregados que estavam sem carteira na época 1. Portanto, o fato de 45% dos empregados sem carteira se moverem para postos com carteira, no período de um ano, é tão dependente do tamanho relativo dos dois grupos, que limita a sua utilização como uma medida de mobilidade. Em suma, é fundamental utilizar índices de mobilidade que sejam pouco dependentes do tamanho relativo dos grupos considerados. Em segundo lugar, a transição de empregados sem carteira para postos com carteira possui duas componentes. Por um lado, este movimento pode refletir um crescimento relativo dos postos com carteira em relação aos sem carteira.<sup>5</sup> Por outro, a mobilidade pode se dar por troca, sem que haja variação no tamanho relativo dos dois grupos. Por conseguinte, é importante decompôr-se a mobilidade total, fazendo-se distinção entre a parcela devida ao crescimento relativo de um grupo em relação ao outro (mobilidade estrutural) e aquela que se deve a trocas (mobilidade circular). Conforme amplamente discutido (Pastore, 1979), é justamente esta segunda parcela, a mobilidade circular, que é relevante para a análise do grau de abertura de um sistema econômico.

#### 4.2 - Índices de Mobilidade

Os seguintes índices de mobilidade são utilizados neste trabalho: mobilidade total (T), mobilidade estrutural (E), mobilidade circular (C) e o coeficiente de abertura (A). Estes índices encontram-se definidos e analisados em Pastore (1979).<sup>6</sup> No caso em que exista apenas duas situações possíveis suas expressões simplificam-se podendo, então, ser expressas como segue:

---

<sup>5</sup>Por exemplo, se os postos com carteira aumentassem sua participação de 80 para 90%, seria necessário que 10% do total de empregados transitassem de empregos sem carteira para empregos com carteira. Neste exemplo, como os postos sem carteira representam 20% dos postos de trabalho na época 1, este movimento demandaria que 50% dos empregados originalmente sem carteira se movessem para postos com carteira.

<sup>6</sup>Na verdade, o índice de mobilidade estrutural definido por Pastore é igual ao valor absoluto do índice correspondente utilizado neste trabalho.

$$T = P_{12} + P_{21}$$

$$E = P_{.1} - P_{1.}$$

$$C = T - |E|$$

$$A = \frac{C}{C_p}$$

$$C_p = p_{1.} p_{.2} + p_{2.} p_{.1} - |E|$$

onde  $P_{ij}$  denota a probabilidade de um trabalhador encontrar-se na posição  $i$  na época 1 e na posição  $j$  na época 2;  $P_{.i}$  e  $P_{i.}$  respondem as respectivas distribuições marginais (por exemplo:  $P_{.1} = P_{11} + P_{21}$ ).

Os valores destes índices referentes às matrizes de transição apresentadas nas Tabelas 2 e 3 encontram-se na Tabela 4. Nesta tabela observa-se que a mobilidade total  $T$  que representa a probabilidade de mudar de situação entre as épocas 1 e 2, é 65% maior entre a condição de empregado e as demais categorias do que entre empregos com e sem carteira. No entanto, conforme mostraremos abaixo, esta comparação encontra-se viesada pela pequena participação dos empregos sem carteira no total de empregos.

A mobilidade estrutural,  $E$ , que representa a mobilidade mínima necessária para validar as mudanças de composição verificadas entre a época 1 e a época 2, mostrou-se insignificante em ambos os exemplos. No primeiro, reflete uma pequena redução da participação dos empregados na PEA, e, no segundo, reflete uma pequena elevação da participação dos empregos com carteira em relação ao total de empregos. Como a mobilidade estrutural é insignificante, a mobilidade circular, que corresponde à parcela da mobilidade total que deriva de trocas de posição entre trabalhadores, é aproximadamente igual à mobilidade total.

Finalmente, o coeficiente de abertura, que representa a razão entre a mobilidade circular observada e aquela que teria se verificado caso as situações nas épocas 1 e 2 fossem independentes, ao corrigir mais adequadamente pelo tamanho relativo dos INPES, 173/89

TABELA 4

ÍNDICES DE MOBILIDADE ENTRE EMPREGADOS VERSUS OUTRAS CATEGORIAS  
 E EMPREGADOS COM CARTEIRA VERSUS EMPREGADOS SEM CARTEIRA  
 Chefes de Família com Menos de 60 Anos de Idade na  
 Região Metropolitana de São Paulo  
 de fevereiro de 1984 a dezembro de 1987

Índices de Mobilidade	Empregados <u>Versus</u> Outras Categorias		Empregados com Carteira <u>Versus</u> Empregados sem Carteira	
	Total (T)	15,0	(0,2)	9,1
Estrutural (E)	0,8	(0,3)	0,7	(0,3)
Circular (C)	14,2	(0,2)	8,4	(0,3)
Coefficiente de Abertura (A)	32,7	(0,7)	46,5	(0,1)

FONTE: PME - Tabulações dos autores.

NOTA: Os valores entre parênteses correspondem aos desvios-padrões das es  
timativas.

grupos, mostra que o nível de mobilidade é maior dentro do grupo dos empregados do que entre este grupo e as demais categorias.

## 5. CONCLUSÕES

Neste trabalho analisamos tanto a mobilidade, dentro do grupo dos empregados, entre os postos de trabalho com e sem carteira, como a mobilidade entre este grupo e as demais categorias.<sup>7</sup>

Três conclusões importantes seguem-se imediatamente dos resultados empíricos reportados na seção anterior. Primeiro, ficou demonstrado que a permanência de trabalhadores na condição de empregado sem carteira é de curta duração (cerca de dois anos em média). Este resultado implica que os diferenciais de salário entre empregos com e sem carteira têm, no longo prazo, conseqüências desprezíveis sobre a distribuição de bem-estar. Além disso, a curta permanência de trabalhadores em empregos sem carteira também demonstra a inadequação ao caso brasileiro das aquelas teorias que procuram explicar a persistência da segmentação com base na aquisição por parte dos trabalhadores de "maus" hábitos quando alocados a empregos sem carteira.

Uma segunda conclusão importante é que a mobilidade, quando medida pelo coeficiente de abertura, é significativamente maior dentro do grupo dos empregados do que entre este grupo e as demais categorias. Finalmente, confirmou-se a pressuposição que, dentre os empregados, são os com carteira de hoje aqueles que têm maiores possibilidades de serem os empregados com carteira de amanhã; da mesma forma que, dentre todos os trabalhadores, são os empregados de hoje aqueles com maiores possibilidades de serem os empregados de amanhã.

Embora neste artigo um passo importante tenha sido dado no sentido de caracterizar a natureza da segmentação no mercado de trabalho brasileiro, é fundamental que esforços sejam concen

---

<sup>7</sup> Idem, nota 1 da Introdução.

trados no seu maior detalhamento. Do ponto de vista da coleta de dados, é também necessária a produção e a análise de informações longitudinais e retrospectivas mais detalhadas e abrangendo um período mais longo do que os cobertos pela PME. Cabe lembrar, porém, que o grau de detalhamento do mercado de trabalho nas áreas metropolitanas disponível dentro do contexto da PME está longe de ser exaurido. Os próximos passos nesta pesquisa objetivarão concentrar esforços para identificar, por um lado, o impacto do processo de segmentação na distribuição de salários e, por outro, a interação deste processo com o ciclo de vida do trabalhador e sua diferenciação por grupos educacionais.



## 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS, Ricardo P. & VARANDAS, Simone. A carteira de trabalho e as condições de trabalho e remuneração dos chefes de família no Brasil. Revista da ANPEC; 10(12):15-20, dez. 1987b.

\_\_\_\_\_. Avaliação de diferenciais de salário: questões metodológicas e ilustrações. Rio de Janeiro: INPES/IPEA, 1988. Versão Preliminar. Mimeo.

BULOW, Jeremy I. & SUMMERS, Laurence H. A theory of dual labor markets with application to industrial policy, discrimination and keynesian unemployment. Journal of Labor Economics, Pt.1, 4(3):376-414, July 1986.

IBGE. Metodologia da Pesquisa Mensal de Emprego - PME 1980. Rio de Janeiro, 1983 (Série relatórios metodológicos).

JATOBÁ, Jorge. A dimensão regional da pobreza urbana e os mercados de trabalho: o caso brasileiro: 1970/83. In: Barros, R.P. & Sedlacek, G. eds. Mercado de trabalho e distribuição de renda: uma coletânea. Rio de Janeiro: INPES/IPEA, 1988 (Série Monográfica, 35).

MEDEIROS, José Adelino S. Alcance e limitações da teoria do capital humano: diferenças de ganhos no Brasil em 1973. São Paulo: IPE, 1982 (Série ensaios econômicos).

PASTORE, José. Desigualdade e mobilidade social no Brasil. São Paulo: T.A. Queiroz Editor Ltda. e EDUSP, 1979.

SEDLACEK, Guilherme. Uma análise empírica do efeito de mudanças no nível de atividade econômica na proporção dos empregados com carteira assinada. In: BARROS, R. P. & SEDLACEK, G. eds. Mercado de trabalho e distribuição de renda: uma coletânea. Rio de Janeiro: INPES/IPEA, 1988 (Série Monográfica, 35).

TAUBMAN, Paulo & WACHTER, Michael. Segmented labor markets. In: ASHENFELTER, Orley & LAYARD, Richard eds. Handbook of labor economics. Amsterdam: North-Holland, 1986, v.2.

TOLOSA, Hamilton C. Dualismo no mercado de trabalho urbano. Pesquisa e Planejamento Econômico, 5(1):1-36, jun. 1975.

TEXTOS PARA DISCUSSÃO INTERNA

EDITADOS A PARTIR DE 1988

- Nº 130 - "A Sensibilidade das Medidas de Desigualdade à Padronização da Jornada de Trabalho", Ricardo Paes de Barros, Janeiro 1988, 28 p.
- Nº 131 - "Influência das Paridades Cambiais sobre a Dívida Externa: O Caso Brasileiro - 1983/86", Fabio Giambiagi, Janeiro 1988, 23 p.
- Nº 132 - "O (Des) controle do Endividamento de Estados e Municípios - Análise Crítica das Normas Vigentes e Propostas de Reforma", Fernando Rezende e José R. Afonso, Janeiro 1988, 75 p.
- Nº 133 - "O Efeito-Tanzi" e o Imposto de Renda da Pessoa Física: Um Caso de Indexação Imperfeita", Fabio Giambiagi, Março 1988, 17 p.
- Nº 134 - "Estimação e Resultados do MOPSE - Modelo para Projeções do Setor Externo", Sandra M. Polônia Rios, Regis Bonelli, Eustáquio J. Reis, Março 1988, 86 p.
- Nº 135 - "Investimento em Capital Fixo na Economia Brasileira: Estimativas Trimestrais para o Período 1975/87", Armando Castelar Pinheiro e Virene Matesco, Março 1988, 23 p.
- Nº 136 - "Os Investimentos Governamentais na Infra-Estrutura Social: O Caso do FINSOCIAL", Bernhard Beiner, Abril 1988, 27 p.
- Nº 137 - "Testes de Exogeneidade da Moeda para a Economia Brasileira", Pedro L. Valls Pereira e João Luiz Mascolo, Maio 1988, 22 p.
- Nº 138 - "A Receita Fiscal no Brasil: 1982/87 - Análise do Compor

tamento da Arrecadação Global e da sua Composição", Fa  
bio Giambiagi, Maio 1988, 18 p.

- Nº 139 - "O Brasil e a Atual Rodada de Negociações do GATT", José  
Tavares de Araujo Jr, Maio 1988, 21 p.
- Nº 140 - "Produtividade e vantagens comparativas dinâmicas na in  
dústria brasileira: 1970/83", Helson C. Braga e Ernani  
Hickmann, Junho 1988, 23 p.
- Nº 141 - "Dívidas e Déficits: Projeções para o Médio Prazo", E.J.  
Reis, R. Bonelli e S.M. Polónia Rios, Junho 1988, 45 p.
- Nº 142 - "Importação de Tecnologia e Esforço Tecnológico da Indús  
tria Brasileira: Uma Análise de seus Fatores Determinan  
tes", Helson C. Braga e Larry N. Willmore, Junho 1988,  
32 p.
- Nº 143 - "Estimativas de Preços Econômicos no Brasil", Ronaldo Se  
rôa da Motta, Junho 1988, 18 p.
- Nº 144 - "Migrações Interestaduais no Brasil, 1950/80", Manoel  
Augusto Costa, Junho 1988, 55 p.
- Nº 145 - "Distribuição de Renda: Evolução no Último Quarto de Sé  
culo", Regis Bonelli e Guilherme Sedlacek, Junho 1988,  
23 p.
- Nº 146 - "Cenários Demográficos Regionais até 2005", Manoel Augus  
to Costa, Junho 1988, 38 p.
- Nº 147 - "Demanda Derivada de Energia no Transporte de Passagei  
ro", Newton de Castro, Julho 1988, 41 p.
- Nº 148 - "Mobilidade entre Classes de Renda no Brasil", Manoel  
Augusto Costa, Julho 1988, 50 p.
- Nº 149 - "Uma Análise Comparativa de Alguns Resultados do Suple  
mento Previdência da PNAD-83 e Dados da DATAPREV", Kaizô

Iwakami Beltrão e Francisco Eduardo Barreto de Oliveira,  
Julho 1988, 36 p.

- Nº 150 - "Os Conceitos de Custo da Dívida Mobiliária Federal e Déficit Operacional do Setor Público: Uma Crítica", Fa  
bio Giambiagi, Julho 1988, 18 p.
- Nº 151 - "Linkages and Economic Development: the Case of Brazil Reconsidered", Benedict J. Clements e José W. Rossi, Agos  
to 1988, 22 p.
- Nº 152 - "On the Empirical Content of the Formal-Informal Labor Market Segmentation Hypothesis", Ricardo Paes de Barros, Agosto 1988, 50 p.
- Nº 153 - "Estabelecimento e Comparação de Linhas de Pobreza para o Brasil", Sonia Rocha, Setembro 1988, 41 p.
- Nº 154 - "Trend, Seasonality and Seasonal Adjustment", A.C. Harvey e Pedro L. Valls Pereira, Setembro 1988, 50 p.
- Nº 155 - "Decomposição dos Efeitos de Intensidade Energética no Setor Industrial Brasileiro", Ronaldo Serôa da Motta e João Lizardo de Araújo, Outubro 1988, 22 p.
- Nº 156 - "As Desigualdades Inter-Regionais de Desenvolvimento Econômico no Brasil", Thompson Almeida Andrade, Outubro 1988, 29 p.
- Nº 157 - "Produtividade Total dos Fatores de Produção na Indústria Brasileira: Mensuração e Decomposição de sua Taxa de Crescimento", Helson C. Braga e José W. Rossi, Novem  
bro 1988, 36 p.
- Nº 158 - "Notas Sobre a Relação entre a Inflação, o 13º Salário e o Déficit Público", Fabio Giambiagi, Dezembro 1988, 14 p.
- Nº 159 - "Alta Inflação e Fronteira de Estabilidade: Um Modelo para a Análise de Trajetórias Explosivas da Inflação", Fa

bio Giambiagi, Dezembro 1988, 32 p.

- Nº 160 - "Indexação e Reajuste Salarial: Uma Alternativa Para Lidar com o Problema da Defasagem", Fabio Giambiagi, Dezembro 1988, 17 p.
- Nº 161 - "Previsão do Nível e Ciclo da Produção Industrial", Ricardo Markwald, Ajax R. B. Moreira e Pedro L. Valls Pereira, Dezembro 1988, 43 p.
- Nº 162 - "Desempenho Tecnológico da Indústria Brasileira: Uma Análise Exploratória", Helson C. Braga e Virene Matesco, Fevereiro 1989, 37 p.
- Nº 163 - "Relação Capital-Produto Incremental: Estimativas para o Período 1948/1987", Armando Castelar Pinheiro e Virene Matesco, Março 1989, 53 p.
- Nº 164 - "Família e Distribuição de Renda: O Impacto da Participação das Esposas no Mercado de Trabalho", Ricardo Paes de Barros e Rosane S. Pinto de Mendonça, Março 1989, 29 p.
- Nº 165 - "A Dinâmica da Dívida Externa: Algumas Simulações para o Brasil", José W. Rossi, Maio 1989, 20 p.
- Nº 166 - "Incidência de pobreza nas regiões metropolitanas na primeira metade da década de 80", Sonia Rocha, Agosto de 1989, 29 p.
- Nº 167 - "Cálculo do valor de pico dos salários num contexto de alongamento do período de reajuste", Fábio Giambiagi, Agosto de 1989, 16 p.
- Nº 168 - "Comportamento dos agregados e multiplicadores monetários no Brasil", José W. Rossi, Agosto de 1989, 20 p.
- Nº 169 - "Financiamento do déficit público e inflação: um modelo para o caso brasileiro", Fabio Giambiagi e Pedro Luiz Valls Pereira, Agosto de 1989, p. 35.

- Nº 170 - "Inflação e Ativos Financeiros no Brasil: Uma Aplicação da Técnica de Auto-Regressões Vetoriais", Elcyon Caiado Rocha Lima, Agosto de 1989, 38 p.
- Nº 171 - "Efeitos da Nova Constituição e das Propostas de Nova Legislação na Seguridade Social", Francisco Oliveira e Kaizô I. Beltrão, Agosto de 1989, 54 p.
- Nº 172 - "Size and Functional Income-Distribution in Brazil: Some Puzzles", Benedict J. Clements, Agosto de 1989, 15 p.

O INPES edita ainda as seguintes publicações: Pesquisa e Planejamento Econômico; Literatura Econômica; Coleção Relatórios de Pesquisa; Série Monográfica; Série PNPE; Série Estudos de Política Industrial e Comércio Exterior (EPICO); Relatório Interno; Informes Conjunturais; Boletim Conjuntural; Série Estudos sobre Economia do Setor Pública (ESEP); Série Fac-Símile; Informe Técnico INPES e Carta de Conjuntura.